

TEXTOS PARA DISCUSSÃO V. 26

SÉRIE 1 - GESTÃO DA CONSERVAÇÃO URBANA

**A EXPERIÊNCIA DO CECI COM PROGRAMAS DE ENSINO
NA GESTÃO DA CONSERVAÇÃO INTEGRADA**

Sílvio Mendes Zancheti

Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Olinda 2007



Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Missão

O CECI tem como missão promover a conscientização, o ensino e a pesquisa sobre a conservação integrada urbana e territorial dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Suas atividades são dirigidas para a comunidade técnica e acadêmica brasileira e internacional

Diretoria

Jorge Eduardo Tinoco, Diretor Geral
Mônica Harchambois, Diretor
Juliana Barreto, Diretor
Flaviana Lira, Diretor

Conselho de administração

Silvio Mendes Zancheti, Presidente
Tomás de Albuquerque Lapa
Ana Rita Sá Carneiro
Fernando Diniz Moreira
Virginia Pitta Pontual

Suplentes

Luis de La Mora
Fernando Diniz
Norma Lacerda

Conselho fiscal

Vera Milet Pinheiro, Presidente
Natália Vieira
Norma Lacerda

Suplentes

Fátima Alves Mafra
Magna Milfont
Rosane Piccolo

Texto para Discussão

Publicação com o objetivo de divulgar os estudos desenvolvidos pelo CECI nas áreas da Gestão da Conservação Urbana e da Gestão do Restauro.

As opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade exclusiva dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada.

É permitida a reprodução do conteúdo deste texto, desde que sejam devidamente citadas as fontes. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Editores

Gestão da Conservação Urbana

Natália Vieira, Renata Cabral e Vera Milet Pinheiro

Gestão de Restauro

Jorge Eduardo L. Tinoco, Mônica Harchambois e Roberto Dantas de Araújo

Identificação do Patrimônio Cultural

Ana Rita Sá Carneiro, Magna Milfont e Virginia Pontual

Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Rua Sete de Setembro, 80
Olinda - PE
53020-130 - Brasil
Tel/Fax.: (55 81) 3429-1754
textos@ceci-br.org
www.ceci-br.org

FICHA BIBLIOGRÁFICA

Autor: Sílvio Mendes Zancheti

Título: A EXPERIÊNCIA DO CECI COM PROGRAMAS DE ENSINO NA GESTÃO DA CONSERVAÇÃO INTEGRADA

Editora: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Tipo da publicação: Textos para Discussão V.22 - Série Gestão da Conservação Urbana

Local e ano de publicação: Olinda, 2007

ISSN: 1980-8267

A EXPERIÊNCIA DO CECI COM PROGRAMAS DE ENSINO NA GESTÃO DA CONSERVAÇÃO INTEGRADA*

Sílvio Mendes Zancheti*

Resumo

Este trabalho apresenta a estrutura do programa e do curso de especialização em Gestão da Conservação Integrada Urbana e Territorial (ITUC/AL) bem como os princípios básicos de sua fundamentação teórica. O ITUC/AL é pioneiro no ensino, na pesquisa e na assessoria técnica no campo da gestão da conservação urbana na América Latina. A análise de sua formulação e desenvolvimento mostra as dificuldades que a ausência de uma fundamentação teórica coloca para a prática de ensino e a formação profissional no campo disciplinar. Por outro lado, indica que existe um corpo de conhecimentos que, reunido em uma estrutura interdisciplinar, pode fornecer a base necessária para estabelecer princípios sólidos para a condução da ação prática no campo da gestão da conservação urbana.

Palavras-chave: Gestão da conservação urbana, conservação integrada, ensino.

1. Introdução

A gestão da conservação do patrimônio cultural urbano, ou gestão da conservação urbana, é uma disciplina nova, apesar de ser uma prática que existe desde os anos 1930, quando foram organizadas instituições públicas dedicadas à gestão de sítios históricos em cidades européias. No Brasil, essa prática teve origem nos primeiros anos de fundação do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) quando foram tombados os primeiros sítios urbanos do país.

Entretanto, a gestão da conservação urbana enquanto atividade organizada segundo princípios modernos de gestão pública e inserida na atividade de planejamento das cidades é bem recente. Somente na década de 1970 a atividade começou a ser praticada segundo essa perspectiva, quando foi forjado o conceito de conservação integrada. Desde então, a gestão da conservação urbana vem ganhando importância no interior da administração pública, especialmente da administração local dos países ocidentais, incluindo o Brasil. A importância da atividade pode ser comprovada pela exigência do Centro do Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO, de que todas as cidades e sítios patrimoniais urbanos tenham um plano de gestão da conservação e uma entidade responsável pela sua implantação.

Apesar dessa longa experiência e de sua importância crescente a gestão da conservação urbana continua sendo uma prática sem teoria (Zancheti, 2004). Os esforços iniciais de definição da conservação integrada, realizados especialmente por urbanistas italianos, não tiveram continuidade no campo da teoria. Essa lacuna é particularmente sentida hoje em dia, quando as instituições de ensino e pesquisa são chamadas a formar especialistas em gestão da conservação urbana para dar conta da crescente demanda do

* Texto apresentado no *I Fórum Brasileiro do Patrimônio Cultural realizado* em Belo Horizonte, 2004.

* Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI) e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco

setor público por quadros formados na disciplina. Estudos recentes mostram a necessidade de ampliar a oferta de cursos especializados em gestão da conservação urbana (Pontual, Milet, 1999; Ormindó, 2003 ; Savio, 2004; Zancheti, 2003) na América Latina.

Este trabalho objetiva apresentar a estrutura do programa e do curso de especialização em Gestão da Conservação Integrada Urbana e Territorial (ITUC/AL) bem como alguns princípios básicos de sua fundamentação teórica. O programa ITUC/AL foi pioneiro no ensino, na pesquisa e na assessoria técnica no campo da gestão da conservação urbana. A análise de sua formulação e desenvolvimento mostra as dificuldades que a ausência de uma fundamentação teórica coloca para a prática de ensino e a formação profissional no campo disciplinar. Por outro lado, indica que existe um corpo de conhecimentos que, reunido em uma estrutura interdisciplinar pode fornecer o conhecimento necessário para estabelecer princípios sólidos para a condução da ação prática.

2. Origens

O ensino da gestão da conservação urbana integrada é uma atividade muito nova. Em 1997, surgiram, simultaneamente, no Brasil e na Itália, os dois primeiros cursos dessa disciplina. Ambos tiveram origem no programa “Integrated Territorial and Urban Conservation – ITUC” do “Centre for the Study of the Preservation and Restoration of the Cultural Property – ICCROM”.

O programa ITUC surgiu para suprir uma lacuna internacional de treinamento no campo da conservação dos bens patrimoniais. O ICCROM identificou que em praticamente em todos os continentes, a questão da gestão das cidades e sítios urbanos patrimoniais constituía o maior desafio para se garantir a continuidade dos esforços de conservação patrimonial.

O programa ITUC foi desenvolvido inicialmente no ICCROM por Jukka Jokihleto, e pelo autor deste artigo, entre os anos de 1995 – 1996. Foi concebido como uma atividade de dez anos de duração, a qual incluía ações de treinamento de especialistas, pesquisas, seminários, disseminação de informação e assistência técnica (ICCROM, 1999: 8). O programa foi iniciado em 1997 com duas versões de cursos: o *ITUC Internacional*, realizado pelo ICCROM em Roma (Itália), como um curso de curta duração de três meses, e o *ITUC/BR*, realizado pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI) e pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no Recife. Esse último foi concebido como um curso de pós-graduação *lato-sensu* (especialização). Desde então, o ICCROM realizou quatro cursos, e o CECI/UFPE seis. O ICCROM organizou, também, alguns cursos curtos de treinamento no Sudoeste Asiático e na Europa do Norte.

Em 2004, o ICCROM encerrou o programa ITUC, mas o ITUC/BR continua ativo no CECI, com as mesmas linhas de ação do programa original. Entre 1997 e 2004, o CECI, além dos cursos de especialização, produziu: quatro seminários internacionais sobre conservação urbana; seis livros; uma revista científica internacional – *City & Time*; vários bancos de dados sobre conservação patrimonial, incluindo o REVITALIZA BD; uma

biblioteca eletrônica (a ser lançada em 2005); inúmeras pesquisas acadêmicas e assessorias técnicas a organismos nacionais e internacionais.¹

Nesse período, o curso ITUC do CECI-UFPE passou por duas fases. Entre 1997 e 2000, foram realizadas quatro versões do programa, sendo uma delas em São Luís do Maranhão. Entre 2002 e 2004, passou a ser chamado de ITUC/AL (de América Latina), e foi desenvolvido como um programa bilíngüe (português e espanhol) de ensino semi-presencial, com uma parte substancial a distância, utilizando a *World Wide Web* (WWW) e voltado para o público latino-americano.

A ABORDAGEM DA GESTÃO DA CONSERVAÇÃO INTEGRADA

3. Definições

Na busca da construção de uma linha teórica de guia para a formulação de propostas sobre a gestão da conservação urbana e do seu ensino, o CECI vem tentando definir claramente os conceitos utilizados na sua produção intelectual.

A produção intelectual sobre a gestão da conservação urbana vem se apropriando e trabalhando com conceitos, categorias e métodos, cuja origem está nas teorias do restauro da arquitetura, no planejamento urbano e, ultimamente, na economia.

A teoria da restauração da arquitetura fornece o método básico para a ação de reparo e manutenção e os elementos componentes da estrutura urbana de valor patrimonial. A teoria do planejamento urbano, por sua vez, é a fonte metodológica para a estruturação dos processos e planos de gestão da conservação. A principal contribuição dessa área é a concepção interdisciplinar dos planos e projetos. Finalmente, a teoria econômica vem sendo utilizada para mostrar que os valores patrimoniais dos bens urbanos são fontes de geração de recursos para toda a sociedade. Nesse sentido, a teoria provê argumentos que permitem a comparação monetária dos valores patrimoniais (e ambientais) com os dos outros bens trocados no mercado. Nas teorias ou carências teóricas relacionadas só aparece a citação de Brandi, acho que deve citar também para a teoria do planejamento e teoria econômica

Para a formulação da abordagem da conservação urbana patrimonial utilizada no programa de treinamento da instituição, dois conceitos mereceram especial atenção: o de *gestão da conservação* e o de *conservação integrada*.

3.1. Gestão da conservação

A gestão urbana pode ser entendida como parte da gestão pública que, por sua vez, compreende o gerenciamento dos bens públicos e semi-públicos pertencentes a uma determinada sociedade, e que se dá, em geral, por meio da implantação de projetos destinados à produção de serviços públicos pelo Estado.

O ensino da gestão urbana é normalmente baseado em teorias da gestão pública, que têm origem nas teorias da administração de empresas. Entretanto, a cidade como um bem público coloca problemas para a aplicação dessas teorias devido, especialmente, as duas facetas conflitantes: 1) a de fonte de inovação e desenvolvimento e, 2) a de fonte disputa entre os participantes do processo.

¹ Ver página Web: www.ceci-br.org.

A produção da cidade é impulsionada pela inovação e leva ao desenvolvimento social e econômico. Entretanto, é o resultado da interação, nem sempre intencional, de atores sociais que comandam as atividades urbanas, fazendo uso intensivo dos recursos públicos escassos que causam a degradação de outros recursos necessários à vida cidadã, incluindo os culturais e ambientais. Fica cada vez mais claro que a gestão urbana requer a presença do Estado como elemento de mediação de conflitos, mesmo reconhecendo que esse Estado não é um elemento neutro no processo de decisão.

O caso das áreas urbanas patrimoniais é um caso exemplar da necessidade de uma gestão diferenciada da gestão pública da cidade em geral. Alguns fatores contribuem para essa especificidade, cabendo ressaltar, dentre outros:

- O caráter múltiplo dos bens patrimoniais urbanos, isto é, eles podem ser bens públicos, semi-públicos ou privados, dependendo do aspecto a ser tratado;
- A irreversibilidade na perda dos valores dos bens patrimoniais;
- Os critérios de avaliação do que sejam os valores dos bens patrimoniais, baseados em princípios éticos e morais, bem como em formulações culturais e artísticas;
- A ausência de definições objetivas do que sejam as ações de conservar, preservar ou restaurar, conceitos fundamentais para a prática da gestão da conservação.

Toda essa fonte de indefinições contribui para que o processo da gestão da conservação tenha um caráter aberto, não-teleológico, e conflitivo quanto às suas definições e decisões.

A gestão da conservação é definida no curso do CECI como:

“Processo público de tomada de decisões sobre o governo da cidade e a alocação de recursos escassos para a conservação urbana, em um contexto de múltiplos atores, públicos ou privados, com capacidades, percepções e objetivos diferenciados relativamente à mobilização política e administrativa voltada para a utilização dos recursos existentes.”

Essa definição procura sintetizar o conceito conforme a problemática envolvente da gestão patrimonial nas cidades contemporâneas.

3.2. Conservação integrada

A preocupação com a gestão é recente na história da conservação dos bens patrimoniais urbanos. Sua origem remonta ao início dos anos 1970, quando do desenvolvimento do urbanismo reformista italiano, mais especificamente da experiência de reabilitação do centro histórico da cidade de Bolonha. A gestão da conservação aparece no interior da proposta de conservação integrada, formulada por planejadores como Campos Venuti, Benevollo e Cervellati e que ganhou notoriedade em 1975, quando foi adotada, pelo Conselho da Europa, como uma diretriz para o planejamento urbano dos centros históricos do continente. Essa primeira formulação da CI estava restrita, ainda, à intervenção nos centros históricos e entendia a gestão pelo prisma da integração da conservação dos bens patrimoniais no processo geral de planejamento da cidade. Assim, integrar passou a significar que a conservação (Zancheti, 2003):

- Refere-se a toda cidade e não somente às áreas monumentais ou de valor artístico;
- É uma riqueza social; portanto, sua manutenção é uma responsabilidade coletiva;
- É um dos objetivos principais da planificação urbana e territorial;

- Depende de medidas legislativas e administrativas eficazes e é apoiada por sistemas de fundos públicos;
- Requer a participação de indivíduos e organizações privadas no processo de decisão.

Na sua formulação inicial, a conservação integrada não recebeu uma definição precisa. Pelo contrário, foi formulada como uma abordagem, ou um modo de conceber e orientar a ação de intervenção em áreas urbanas históricas. Desde então, foram poucas as tentativas de categorizar o conceito de forma precisa. Apesar dessa indefinição conceitual inicial, a abordagem da conservação integrada tem sido flexível o suficiente para se remodelar de acordo com o surgimento de novos paradigmas de planejamento, especialmente do desenvolvimento sustentável.

Para estabelecer um referencial de compreensão e discussão a partir de uma abordagem atual da conservação integrada, o CECI vem utilizando a seguinte formulação:

“Conservação integrada é uma abordagem da gestão e do planejamento das cidades e dos territórios, que adota uma perspectiva multidimensional integrada (econômica, política, cultural, ambiental e físico-espacial) e que:

Está centrada, mas não se limita, no aspecto físico-espacial de áreas urbanas consolidadas, socialmente reconhecidas como de valor cultural, e procura manter a sua integridade, autenticidade e continuidade para a presente e as futuras gerações.

Enfatiza a conservação dos aspectos físico-espaciais no interior do processo de desenvolvimento-transformação da cidade, ao mesmo tempo em que busca o desenvolvimento sustentável, por meio da transformação dos valores culturais em ativos que agregam valor a todas as dimensões do desenvolvimento (econômica, política, cultural, ambiental e físico-espacial).”

4. A abordagem da gestão da conservação integrada - GCI

O ensino da gestão da conservação urbana no CECI está baseado em uma abordagem da conservação integrada entendida como gestão do bem público, em um contexto de democracia representativa e de legitimidade do conflito de interesses dos atores envolvidos no processo de tomada de decisão sobre a alocação dos recursos públicos.

A exposição detalhada da abordagem foi publicada no livro “Gestão da Conservação Integrada” (Zancheti et alii, 2001). Nessa abordagem, a gestão da conservação é entendida como a realização, simultânea e integrada, de quatro tarefas, embora cada uma se efetive por meio de técnicas e métodos próprios. Elas são: 1) análise e avaliação; 2) negociação; 3) proposições e 4) monitoramento e controle.

Essas tarefas se relacionam de forma direta com a implantação da gestão, incorporando tarefas- fins no interior da gestão, ou indireta, repassando a implantação para outros organismos setoriais da administração pública. Cada um dos casos será definido conforme for o estilo de gestão pública local adotado. A Figura 1, resume o relacionamento entre as tarefas e dessas com a implantação.

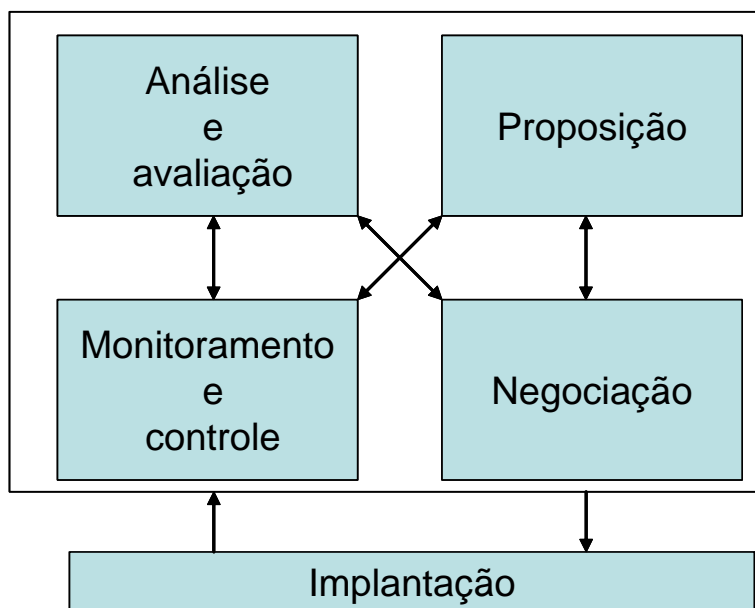


Figura 1: As tarefas da gestão da conservação

A seguir, são apresentadas breves descrições dos conteúdos de cada fase da gestão da conservação. Foram omitidas as sugestões de métodos e técnicas para a realização das tarefas, por motivo de concisão e espaço. Informações detalhadas e exemplos sobre os procedimentos operacionais para a implantação de um processo da gestão da conservação podem ser obtidas no livro-texto do curso (Zancheti et alii, 2003).

4.1. A análise e a avaliação

A tarefa de ‘análise e avaliação’ está subdividida em duas partes.

A *análise* consiste na sistematização de dados e informações relativas necessárias para à realização da GCI, inclui, portanto, a sistematização de informações necessárias às outras três atividades da gestão, além de incluir as informações relativas ao patrimônio cultural em foco, principalmente as relacionadas ao conjunto dos bens materiais (móveis e imóveis, naturais e construídos) e imateriais (saberes, celebrações, formas de expressão e lugares), que permitam avaliar a formação histórica, a situação atual, o significado e o estado da estrutura física e funcional de todos esses bens, além de identificarem as restrições e os limites futuros.

A *avaliação* consiste no exame sistemático das ações de gestão planejadas, em curso ou finalizadas. A avaliação procura responder a questões específicas da GCI e julgar o valor geral dos esforços realizados para melhorar as futuras ações, o planejamento e o processo de decisão da CI. As avaliações, em geral, objetivam determinar a eficiência, a eficácia, a efetividade, o impacto, a sustentabilidade e a relevância das ações e dos objetivos da gestão. A avaliação fornece insumo para todas as outras tarefas da gestão da CI.

4.2. A negociação

A tarefa da *negociação* consiste na capacidade de o gestor público mediar os conflitos, interesses e objetivos dos atores sociais ou sujeitos do planejamento, envolvidos com a gestão da conservação do patrimônio cultural de uma cidade ou sítio histórico bem como com a implantação de ações. Desse modo, técnicas de construção de consensos e

coalizões políticas são utilizadas visando à formação de associações e parcerias entre governos, entidades, empresas e instituições, para viabilizar financeiramente as intervenções propostas e tornar o planejamento da conservação efetivo, eficaz e eficiente. Tal atividade é contínua e permanente durante todo o processo do planejamento, objetivando-se nos encontros, reuniões e demais fóruns, nos quais as decisões são tomadas. Para tanto, são condições indispensáveis possuir disponibilidade logística e tecnológica e realizar a preparação dos atores sociais para a tomada de decisão mediante treinamento e habilitação técnica. Depende da capacitação dos atores sociais o sucesso das negociações, daí sua dependência das outras fases, dos suportes logístico e tecnológico e do treinamento.

4.3. A proposição

A tarefa da *proposição* refere-se à formulação de alternativas de intervenções organizacionais, institucionais, técnicas e financeiras necessárias para que o processo de gestão da CI tenha continuidade. Também inclui a formulação de alternativas técnicas para a conservação atual e futura do patrimônio cultural. Para tanto, utiliza os produtos da tarefa de ‘análise e avaliação’ e fornece, fundamentalmente, insumos para a ‘negociação’.

Entre as linhas propositivas, cabe ressaltar aquelas voltadas para a prevenção de riscos, o limite ou a capacidade de carga dos sítios urbanos patrimoniais e para as opções estratégicas de desenvolvimento local.

4.4. O monitoramento e o controle

A tarefa de ‘monitoramento e controle’ também está subdividida em duas partes:

O *monitoramento* é uma atividade de coleta regular e sistemática de informação para auxiliar o processo de decisão, garantir a o acompanhamento externo (*accountability*) e prover as bases para a avaliação e o aprendizado na gestão da CI. É uma atividade contínua que usa uma metódica coleta de dados a fim de fornecer séries de dados para a gestão e os atores envolvidos, sobre o progresso e os resultados dos programas, projetos e ações da CI.

O *controle* é uma atividade que busca mitigar riscos no processo de realização dos objetivos da gestão da CI. É um processo de comparação do desempenho real com o planejado das ações, analisando as variações, avaliando as possíveis alternativas e tomando as decisões corretivas apropriadas conforme forem necessárias. O risco refere-se a qualquer resultado indesejado, tais como falta de precisão, incompletude, falta de foco e fraude na ação de gestão e implementação da CI. Controle é uma atividade central na gestão e administração de sítios urbanos patrimoniais. Significa, também, observar as condições ambientais, mensurar as tendências, impactos e riscos na estrutura física dessas áreas, originários de intervenções ou de ocorrências imprevistas e naturais, como incêndios e inundações, relacionando-as com os recursos humanos, financeiros e tecnológicos, bem como propor e orientar ações corretivas internas e externas ao ambiente da instituição pública. Portanto, as informações e avaliações elaboradas devem ser apropriadas às outras fases, como também ser incorporadas às análises, proposições e decisões.

5. O plano de GCI

A abordagem da CI desenvolvida pelo CECI é complementada com uma proposta metodológica para a elaboração de um plano de gestão da conservação, no interior de uma agência ou instituição pública local. Essa metodologia visa fornecer ao administrador público local uma estrutura e os procedimentos básicos para implantar uma unidade de gestão da conservação na sua localidade.

Quando se discute a CGI é imprescindível que sejam fixadas as diferenças existentes entre um plano de conservação e um plano de gestão da conservação. O plano de conservação estabelece os objetivos e metas a serem alcançados para o reparo e a manutenção dos bens patrimoniais das cidades, isto é, fixa os valores a serem conservados, as formas de conservação a serem adotadas, além de identificar os instrumentos legais, políticos, administrativos e financeiros necessários para a consecução dos objetivos da conservação.

A natureza do plano de gestão é muito diferente da do plano de conservação. Conforme desenvolveu Pontual, “[O] plano de gestão consiste num conjunto de propostas de ação recursos técnicos, institucionais e financeiros logicamente ordenados, objetivando uma mudança nos procedimentos políticos, institucionais e administrativos, relativos a um conjunto social, segundo um marco temporal e uma unidade territorial. O referencial adotado é o do desenvolvimento sustentável e da conservação urbana, considerando-se a visão estratégica do planejamento. Tem como objetivo a manutenção da especificidade, diversidade e autenticidade da tipologia e morfologia urbana e edílicia, assim como das expressões de vivências e tradições culturais, integrando-as às exigências contemporâneas de novos usos, funções e atividades. Estes objetivos possibilitam prolongar a vida útil de um bem cultural e valorizar as suas características históricas e artísticas, sem perda de sua autenticidade e seu significado. Por ter como pressuposto teórico o envolvimento e o respeito à vida e aos valores de uma comunidade urbana, as mudanças devem ser pensadas em sua viabilidade e possibilidade de implantação no tempo” (Pontual, 2001).

A elaboração de um Plano de Gestão da Conservação (PGC) tem como requisitos prévios a montagem de uma estrutura organizacional, com a definição dos mecanismos de participação, negociação e decisão; a constituição de uma equipe técnica; a montagem de um programa de trabalho; a mobilização e sensibilização das instituições e atores envolvidos no planejamento, e a montagem de um esquema de divulgação e comunicação. O programa de trabalho deve explicitar os objetivos, o objeto focalizado, o período de análise e proposição e o modelo conceitual de gestão. O Apêndice apresenta a estrutura do plano de gestão.

O PGC ordena e delimita a aplicação do planejamento da conservação territorial e urbana dos sítios históricos, embora sua utilização possa ser também estendida ao conjunto da cidade ou a unidades territoriais menores. Essa potencialidade é dada desde que o pressuposto seja o do desenvolvimento sustentável, da manutenção da especificidade e diversidade das características do ambiente natural e construído e do compartilhamento das responsabilidades dos participantes na gestão das cidades. Os limites são os próprios instrumentos de previsão e predição do futuro, por estarem sujeitos às imponderabilidades e surpresas dos contextos sociais e políticos. Assim, quanto mais estável o ambiente social e político, maior a possibilidade de o PGC alcançar os objetivos propostos. Os suportes logísticos e tecnológicos das instituições envolvidas no PGC delimitam também os limites de sua aplicação. A existência de informações, equipe técnica, articulação funcional e operativa entre as unidades internas e externas de

uma mesma instituição, equipamentos tecnológicos, apoio técnico e administrativo, aumenta as possibilidades de acertos quando da elaboração das tarefas e da tomada de decisão sobre o futuro da gestão da conservação de uma dada realidade citadina.

6. A estrutura do curso ITUC/AL

O curso ITUC/AL é um curso de especialização (pós-graduação *lato-sensu*) organizado em partes. A primeira compreende vinte e quatro aulas a distância. Procura capacitar o participante a trabalhar com a gestão da conservação. Para tanto, as aulas fornecem a informação básica, e também são realizados exercícios individuais sobre a aplicação dos conceitos e métodos estudados nas aulas (o Apêndice 1 apresenta as ementas das aulas a distância). Os exercícios são de dois tipos. O primeiro consiste numa avaliação da compreensão dos textos básico e complementar da aula. O segundo exercício consiste na elaboração de uma série de análises *in-loco* de uma área urbana patrimonial da cidade de origem do aluno com a finalidade de aplicar os conceitos e métodos apreendidos nas aulas.

Após o término das aulas a distância, os participantes vêm para o Recife para trabalhar durante um mês na elaboração de um exercício prático sobre o desenvolvimento de um plano de gestão para um sítio histórico urbano. Normalmente é realizado um plano para o sítio histórico de Olinda ou para o Bairro do Recife. Esse exercício é realizado em grupo (5 membros, em geral), com a supervisão diária de um professor e do coordenador geral do programa ITUC. Durante o exercício, os grupos são supervisionados por quatro professores diferentes, além de especialistas e técnicos das municipalidades envolvidas. Ao final do período, é realizado um *workshop* de dois dias para a discussão dos produtos finais dos grupos. Para esse evento são convidados três ou quatro especialistas internacionais, sendo pelo menos dois latino-americanos, para discutirem com os grupos. Também são convidados especialistas locais envolvidos com a temática do programa. Os *workshops* reúnem entre cinquenta e setenta pessoas, incluindo os alunos, os especialistas internacionais e locais e os professores.

O plano de gestão desenvolvido pelos participantes é, em geral, subdividido em temas. Os temas desenvolvidos até a última versão do ITUC (2003) incluíram o sistema geral da gestão da conservação e seus subsistemas: gestão do uso e intervenção nos espaços públicos, gestão dos usos e da intervenção nas edificações e espaços privados, gestão dos riscos e elaboração de planos de contingência, gestão do turismo e suas atividades.²

O programa finaliza com a elaboração de um trabalho individual sobre um tema da gestão da conservação urbana de interesse do participante. Até 2003 esse trabalho consistia na confecção de uma monografia, orientada por um dos professores do programa. A partir de 2005, a monografia será substituída pela elaboração de um artigo científico, também com supervisão.

7. Conclusão

A gestão da conservação urbana constitui um campo disciplinar ligado à gestão dos bens públicos. O seu desenvolvimento teórico está associado a um esforço de integração

² Outros sub-sistemas da gestão foram elaborados em outras versões do programa. Para uma lista completa veja: <http://www.ceci-br.org/novo/www/site/index.php?com=pagina&id=62>

interdisciplinar tomando-se como base os princípios e o conceito da conservação integrada.

A estrutura metodológica da abordagem da gestão da conservação urbana, formulada pelo CECI, é uma contribuição pioneira na construção do arcabouço teórico dessa disciplina. Essa abordagem fornece, também, elementos conceituais e metodológicos para a organização de programas de ensino e treinamento especializado na gestão da conservação urbana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a contribuição dos pesquisadores do CECI para o desenvolvimento do Programa ITUC/AL. Gostaria de destacar as especiais contribuições de Virgínia Pontual, Ana Rita Sá Carneiro, Tomas Lapa, Vera Milet e Luís dela Mora para o aperfeiçoamento da estrutura metodológica dos planos de gestão da conservação.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO P. O., 2003. *Formación en conservación de monumentos y gestión integral del patrimonio em américa latina y el caribe*. In: Unesco, Proyecto gestión integral del patrimonio cultural. Oficina Regional de Cultura para a América latina y el Caribe de la UNESCO – Organización de Estados Iberoamericanos para a educación, la Ciencia y la Cultura, , Havana, pp. 13,37.
- ICCROM, Integrated Territorial and Urban Conservation, ITUC, 1999. *Programme - Phase I (1994 - 1998): Summary Report*, Mimeo, Rome.
- PONTUAL V., MILET V., 1999. *Evaluación de la gestión y de las necesidades de capacitación técnica en las ciudades del patrimonio mundial de América Latina*. Olinda: OVPM – ICCROM – CECI – WHC/UNESCO, mimeo, Recife.
- PONTUAL V., 2002. *A gestão da conservação integrada*. In: Gestão da Conservação Integrada – Gestión de la Conservación Integrada. Editora Universitária UFPE. Recife.
- SAVIO I. R., 2003. *Formación em gestión del patrimonio: propuesta para América Latina y el Caribe*. In: Anales Del II Encuentro sobre manejo y gestión de centros históricos. Oficina Del Historiador, Havana, CD-ROM.
- ZANCHETI S. M., 2004. *Conservação integrada e planejamento urbano na atualidade*. Espaço & Debates, São Paulo, v. 23, n. 43-44, NERU-Anna Blume pp. 92-105.
- _____. 2003. *Desafíos de entrenamiento para la gestión de la conservación urbana en América Latina*. In: Anales Del II Encuentro sobre manejo y gestión de centros históricos. Oficina Del Historiador, Havana, CD-ROM.
- ZANCHETI S. M., PONTUAL V., SÁ CARNEIRO A. R., FURTADO R., MOREIRA A.. 2003. *Piranhas: proposta de tombamento e plano de gestão*. L. Dantas da Silva Editor/CHESF, Recife.
- ZANCHETI S. M., et alii, 2002. *Gestão da Conservação Integrada – Gestión de la Conservación Integrada*. Editora Universitária UFPE. Recife,
- ZANCHETI S. M., JOKILEHTO J., 1996. *Reflections on integrated urban conservation planning*. Disponível em: <http://www.urbanconservation.org/textos/reflex.htm> (Acesso em 01 de março de 2005)

APENDICES

Apêndice 1 – Ementas das disciplinas do curso ITUC/AL

Bloco 1 Conceituação básica

Aula 1 – Evolução dos conceitos e do ideário da conservação (Prof. Tomas Lapa e Prof. Jukka Jokilehto)

A evolução das teorias da conservação do monumento à conservação ambiental e patrimonial integrada

A conservação dos bens imateriais (intangíveis)

A noção de autenticidade e as propostas de conservação ambiental e patrimonial. O problema da cidade em transformação

As convenções internacionais e As cartas de conservação patrimonial (Atenas, Veneza, Washington, ...)

A Agenda 21 e o futuro da conservação urbana e territorial. A diversidade cultural

Aula 2 – A conservação integrada urbana e territorial (Prof. Tomas Lapa)

A evolução do conceito de conservação integrada

A Declaração de Amsterdã e as experiências dos anos 70/80

Os projetos de revitalização urbana de centros históricos

As tendências recentes de projetos de conservação e revitalização

Aula 3 – A conservação patrimonial e ambiental na AL (Prof. Sílvio Zancheti e Prof. Fernando Carrion)

O universo dos centros históricos no continente

Os novos desafios postos pela cidade construída

A internacionalização dos centros históricos

A necessidade de uma nova abordagem e interpretação dos centros históricos

Temas determinantes para a compreensão e intervenção nos centros históricos

Aula 4 – Conservação integrada e os tipos de valores dos bens ambientais (Prof.a Norma Lacerda)

A noção de valor cultural e de valores patrimoniais

Os tipos de valores patrimoniais e ambientais

O valor patrimonial em relação ao valor monetário

A obsolescência econômica e a dinâmica dos valores patrimoniais e a conservação dos bens

Aula 5 – O valor econômico total dos bens patrimoniais e ambientais (Prof. Sílvio Zancheti)

O conceito de riqueza ambiental e patrimonial

O valor econômico da riqueza ambiental e patrimonial urbana (cultural)

Os tipos de valores econômicos e o valor total (valores de uso, opção e existência)

Os princípios dos métodos para o cálculo do valor total

Aula 6 – O desenvolvimento sustentável urbano (Prof. Sílvio Zancheti)

O conceito de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável. As dimensões do DS

Os conceitos auxiliares para o DS (capacidade de carga, resiliência)

Os critérios de aferição do DS (incerteza, não-substituição, irreversibilidade e equidade)

O que é desenvolvimento sustentável urbano (a leitura cultural e arqueológica da cidade)

Os outros modelos e leituras possíveis do DSU (metabolismo urbano, fluxo de energia, cidade saudáveis, etc.)

Aula 7 – Globalização, conservação integrada e desenvolvimento local (Prof.a Norma Lacerda)

Os processos de globalização econômica e as especificidades locais. O compromisso com o pluralismo e a diversidade cultural

A cultura como ativo econômico, social e político

O desenvolvimento local e o patrimônio cultural numa perspectiva integrada

O desafio da superação da pobreza

Aula 8 – A referência cultural e o planejamento da conservação integrada (Prof.a Virgínia Pontual)

As noções de referência cultural e de diversidade criadora

Cultura, patrimônio e planejamento

O conceito de planejamento: do planejamento físico-territorial ao planejamento estratégico/empreendedor

O planejamento da conservação do patrimônio cultural

Aula 9 – A gestão da conservação (Prof.a Virgínia Pontual)

Os conceitos de gestão e governabilidade

Uma definição de gestão da conservação

As tarefas básicas da gestão da conservação (Análise e avaliação, Formulação de propostas, Negociação e Monitoramento e controle)

Os instrumentos da gestão da conservação: o plano de gestão, as normas como instrumentos pró-ativo, os mecanismos institucionais de negociação e integração

A estrutura do plano de gestão do CECI (PGC)

O potencial e os limites da reprodução do PGC

Bloco 2 Análise a Avaliação – Monitoramento e controle

Aula 10 – Base de informação para as tarefas da gestão (Prof.a Vera Milet)

Ciclo de planejamento: levantamento, análise, monitoramento e controle

Levantamento da conservação integrada: interdisciplinar e intersetorial

Levantamento dos bens materiais e imateriais e noção geral de indicadores

Registros: inventários, catálogos, base cartográfica

Instrumentos: legislação, códigos, políticas

Aula 11 – Métodos de análise dos bens materiais naturais e culturais (base física) visando à conservação urbana (Prof.a Ana Rita)

Método imagético: percepção da paisagem segundo marcos e traçados referenciais

Visão serial: percepção da paisagem segundo efeitos da perspectiva em percurso a pé

Método morfotipológico: caracterização da paisagem segundo as formas de distribuição da ocupação no sítio e os tipos de edificações

Método topoceptivo: apreensão do lugar segundo decodificação dos referenciais em busca da localização

Aula 12 – Método de análise dos bens imateriais e método de leitura da imagem de uma área urbana para sua reabilitação (Prof.as Vera Milet e Ana Rita Sá Carneiro)

Metodologia do IPHAN para os bens imateriais

Compreensão dos problemas e potencialidades da área urbana

Interpretação da configuração espacial da área, sua estrutura e caráter da paisagem

Análise da morfologia da paisagem e dos usos

A estrutura dos espaços livres relacionados aos espaços edificados

A constituição da imagem da área para as operações de reabilitação

Aula 13 – O Processo de Monitoramento e Controle (Prof.a Fátima Furtado)

Ciclo de planejamento e os conceitos e funções do monitoramento e controle

Contextualização do monitoramento e controle

Principais atividades e atores envolvidos

Participação e negociação no monitoramento

Monitoramento e controle e as metas da conservação

Aula 14 – Indicadores de conservação urbana e ambiental (Prof.a Fátima Furtado e Prof. Herb Stovel)

Conceito de indicador

Aspectos relevantes para a conservação integrada e seus indicadores

Indicadores, metas e parâmetros

Indicadores de qualidade ambiental e urbana

Indicadores sócio-econômicos

Indicadores de sustentabilidade cultural, política e institucional

Aula 15 – Metodologia de avaliação de impactos urbanos (Prof. Ricardo Furtado)

Avaliação ambiental estratégica

Avaliação de impacto ambiental

Avaliação de custo-benefício

Valor dos bens materiais e imateriais

Técnica de valoração de impactos

Bloco 3 Negociação e Comunicação – Proposições e Prospectiva

Aula 16 - A prospectiva no planejamento da conservação integrada (Prof. Tomas Lapa)

Incerteza e a elaboração de propostas alternativas

Métodos de controle da incerteza na elaboração de projetos

A conservação urbana como um instrumento de controle e projeto para o futuro

Aula 17 - A metodologia de construção de cenários (Prof. Tomas Lapa)

Análise de potenciais e restrições de desenvolvimento e conservação

Identificação de atores, espaços institucionais e mecanismos de gestão

Identificação das variáveis-chave e montagem de matriz de previsão

Formulação de possibilidades (cenários) de gestão e cenário mais provável

Aula 18 - Formulação de proposições alternativas (Prof. Tomas Lapa)

Concepção da estratégia de implantação das proposições alternativas

A eficácia como um objetivo

Explicitação das etapas de implantação das proposições alternativas

Aula 19 - Os fundamentos da pluralidade e dos interesses conflitantes na conservação urbana (Prof. Luís dela Mora)

Dialética das relações sociais

Identidade e diferença. Convergência - conveniência. Complementaridade - conflito social. Ação individual - ação coletiva. Consensos e conflitos

A Tetralética social. Os paradigmas teóricos e sua validade complementar: funcionalismo, marxismo, acionalismo, individualismo

A pluridimensionalidade da ação social. A coerência entre discurso e prática.

Declarações e interesses não-declarados. Convergência, alianças e confrontos

Política urbana, planejamento: Estado e sociedade. Estado e políticas públicas

Planejamento como instrumento de formulação de políticas e definição de compromissos

A universalidade, transparência, representatividade como exigências da negociação

Participação e parceira: "Planeja quem faz e executa quem planejou". Sujeitos sociais, mecanismos e processos

Aula 20 - A institucionalização do processo de negociação para assegurar os resultados dos projetos de conservação urbana (Prof. Luís dela Mora)

A participação dos agentes sociais em todas as fases e dimensões do processo como exigência para assegurar a sustentabilidade dos projetos de conservação urbana integrada.

Participação e parceria: dimensões, formas de origem, graus, níveis e tipos da participação.

As exigências e precondições para institucionalização de um processo de participação.

O planejamento estratégico como ferramenta para instituir processos de negociação sustentáveis.

Bloco 4 Tópicos especiais

Aula 21 – A produção da imagem urbana (Prof. Ney Dantas)

A imagem como representação da realidade

A imagem da cidade

Imagem da cidade: conhecimento socialmente construído

Imagem da cidade um processo de negociação

Aula 22 – O financiamento da conservação urbana (Prof. Silvio Mendes Zancheti e Prof.a Dora Arizaga)

Elementos teóricos e práticos sobre o financiamento de projetos

Origem dos recursos e as fontes de financiamento

Organizações de financiamento da conservação cultural

O processo de financiamento e a elaboração de projetos de conservação

Conteúdos mínimos de uma proposta de financiamento de projeto de conservação

Quando e como realizar empréstimos para financiamento de projetos

Aula 23 – A conservação urbana e a superação da pobreza (Prof.a Sueli Schiffer)

Potenciais e limites de investimento em conservação para aliviar a pobreza

O novo processo demográfico e as perspectivas econômicas da América Latina

Tendências de transformação das cidades de grande porte na AL

Investimentos em patrimônio cultural segundo a ótica dos bancos internacionais de investimento.

Aula 24 – A habitação em áreas centrais (Prof.a Circe Gama)

A procura da habitação e da qualidade de vida

Atributos sociais dos lugares históricos

Gentrificação e revitalização urbana

Heterogeneidade de soluções habitacionais

Experiências internacionais

Bloco 5 – Plano de gestão e seminários

Produção de um plano de gestão da conservação do patrimônio cultural urbano

Apêndice 2 – A estrutura do plano de gestão

A estrutura do Plano de Gestão da Conservação (PGC) compreende três partes substantivas, assim detalhadas:

- I. A problemática atual da gestão
 - A. O processo atual de gestão da atividade
 1. Os mecanismos institucionais da gestão. Os atores e as instituições envolvidas na gestão
 2. Os fóruns de negociação da gestão, os conflitos de gestão
 3. As tarefas atuais de gestão da atividade
 - a) Os instrumentos legais e institucionais
 - b) As tarefas e rotinas utilizadas
 - c) Os sistemas de controle do desempenho da atividade
 - d) As lacunas
 - B. Os problemas e os avanços da gestão da conservação para o desenvolvimento sustentável
- II. A problemática futura da gestão
 - A. Os riscos e as potencialidades para a conservação do sítio
 - B. Os contextos possíveis de desenvolvimento da atividade de gestão
- III. O plano de gestão
 - A. Os objetivos do Plano
 - B. O modelo adotado de gestão da conservação
 - C. Os componentes do Plano
 - D. As tarefas da gestão da conservação
 1. As rotinas
 - E. Atores responsáveis, tarefas e organismos
 1. Parcerias e co-responsabilidades
 2. O arranjo institucional-organizacional
 - F. A estratégia de implantação
 1. Os recursos necessários
 - G. Acompanhamento do plano
 1. Indicadores da Conservação
 2. Indicadores de desempenho da gestão: eficiência interna do processo, eficácia social e efetividade da ação.